

## MEMÓRIAS DAS QUARENTA HORAS DE ANGICOS: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS<sup>1</sup>

Emmily Daiane da Silva<sup>2</sup>

Maria Elizete Guimarães Carvalho (Orientadora)<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente trabalho é resultante da rememoração e investigação sobre o movimento educacional “Quarenta Horas de Angicos”, considerando novos olhares e interpretações, ponderando que a história se faz também no presente. Revisitar a experiência coordenada por Paulo Freire, em que sua pedagogia libertadora foi posta em prática, significa analisá-la não como um evento concluído no passado, mas como uma experiência que continua viva e representa a voz de um povo iletrado, marginalizado e considerado “marionete do capitalismo”. O movimento educacional “Quarenta Horas de Angicos” objetivava proporcionar aos excluídos o poder de uma educação emancipatória, cuja intencionalidade estava pautada na politização das consciências. Conscientizar e alfabetizar eram, pois, as categorias chaves para a educação em construção, sendo os sujeitos considerados indivíduos produtores e produtos da própria história. Nessa perspectiva, a memória coletiva sobre a experiência perdura contra o tempo, acarretando contribuições para as práticas pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos na atualidade, fato esse que a torna objeto de estudo para o desenvolvimento deste trabalho. Objetiva-se compreender como o movimento “Quarenta horas de Angicos” influencia a EJA no tempo presente. Assim, essa escritura resulta de uma pesquisa documental através da abordagem qualitativa, baseando-se na análise do livro de Carlos Lyra (1996), participante direto da experiência de Angicos, sobre o movimento das “Quarenta Horas”. Portanto, sendo o movimento educacional permeado de contribuições para o tempo presente, evidencia-se que a análise e coleta dos “retalhos” do passado possibilitaram conceber a experiência emblemática das “Quarenta Horas” como memória viva e testemunho de resistência.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos, Pedagogia libertadora, Memória, Quarenta Horas de Angicos.

### Introdução

Remeter-se às “Quarenta Horas de Angicos”, como memória viva da educação popular, significa mais que uma mera releitura da experiência ocorrida nos anos de 1963, significa a retomada de um tempo que não passou. Ou seja, o ato de rememorar deve contemplar a multiplicidade do objeto estudado, sendo esse concebido como uma intencionalidade intrínseca

---

<sup>1</sup>Esse artigo é resultante do Projeto de Pesquisa intitulado “Quarenta Horas de Angicos/RN: Rememorando uma experiência educacional para a conscientização popular (1963 – 1964)”, desenvolvido em 2019.2 – 2020.1.

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba- UFPB, [emmilyeds22@gmail.com](mailto:emmilyeds22@gmail.com);

<sup>3</sup> Professora orientadora. Universidade Federal da Paraíba - UFPB, [mecarvalho23@yahoo.com](mailto:mecarvalho23@yahoo.com).

ao pesquisador, a fim de que a História seja compreendida como um passado reconstituído constantemente no presente.

Nessa premissa, compreende-se a memória não apenas como uma aliada nesse processo, mas principalmente como um arcabouço enriquecido de subjetividade, pelo qual há o encontro entre as vozes dos diversos sujeitos partícipes de um mesmo acontecimento, permitindo, pois, uma análise crítica desse objeto, através do alinhamento entre a objetividade dos escritos, a criticidade do pesquisador e a subjetividade da memória. Assim, importa que o pesquisador recolha e analise os retalhos deixados, considerando a concepção de que se faz necessária a revisitação do passado, entrelaçando-o aos acontecimentos que envolvem o momento presente.

Nesse aspecto, torna-se preciso considerar a memória como alvo constante de velamento, acometido por uma conjuntura dominante que se sente ameaçada pelo emergir das memórias de uma educação libertadora, cuja finalidade vislumbra a conscientização política da classe colocada às margens da sociedade. Tal educação conduziria as pessoas a melhores condições de existência naquele cenário de exclusão e monitoramento social.

O movimento “Quarenta Horas de Angicos” foi uma experiência de educação popular desenvolvida no sertão nordestino, na cidade de Angicos/RN, que tocou profundamente as pessoas em âmbito regional, nacional e internacional e contribuiu para a melhoria da educação de jovens e adultos.

Posto isto, o intuito dessa produção é compreender como o movimento “Quarenta horas de Angicos” influencia a EJA no tempo presente, trazendo à tona os “retalhos” de uma prática educacional que possibilitou a emancipação de vozes esquecidas no passado. Tais “retalhos” se enraizaram no solo da pequena cidade nordestina e em escritos, sendo exaltados, nesse trabalho, como memória viva, revelando carência de ressignificação no tempo presente.

## **Metodologia**

Alicerçando-se o tema central deste escrito, o caminhar do trabalho ocorreu por intermédio da pesquisa documental e bibliográfica, utilizando-se da análise dos registros e cartilhas de alfabetização inseridas no livro de Carlos Lyra (1996), coordenador e participante da experiência emblemática das Quarenta Horas de Angicos.

A abordagem se deu através da pesquisa qualitativa, realizada pela investigação de fontes escritas, entre bibliográficas e as que documentam a existência da experiência. Já o estudo dessas fontes foi conduzido pela análise de conteúdo, que segundo afirma Bardin (1977), consiste em uma:

[...] Operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referência. aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. (BARDIN, 1997, p.45)

Nesse sentido, tal análise busca procurar “conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça”. (BARDIN, 1977, p. 44). Para tanto, foi realizado um levantamento documental e de artigos de cunho acadêmico, dando preferência ao arcabouço autoral da própria Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Os estudos foram mediados através da biblioteca Central da UFPB e em sites confiáveis, tal como o Google acadêmico, para recolher as fontes necessárias para a elaboração do trabalho, que foi elaborado a partir de leituras, análises e sistematizações.

## **Referencial Teórico**

A História, como ciência responsável pela reconstituição e crivo ao longo do tempo dos “cacos” deixados no passado, esclarece a vastidão da dimensão histórica e sua inegável importância como fonte de registro para a sociedade, à medida que também desvela em seu âmago a escassez da multiplicidade do objeto analisado.

Porquanto, ao se enraizar na mera reinterpretação dos escritos, mascarando o fato histórico e isolando-o dos conflitos que o cercam, considera-se que a sua observação parte da análise de uma única visão que não contempla o todo. Nessa configuração, a história é concebida como acabada, uma vez que se desligando do seu caráter intersocial, acaba por se desvincular do tempo presente, atribuindo a si a concepção de um acontecimento deixado ao esquecimento do passado, sendo pertencente tão somente a ele.

Essa afirmativa revela a necessidade de compreender o elo existente entre “retalhos” do passado e acontecimentos do tempo presente, sendo essa interdependência que provoca no sujeito o reconhecimento como ser-histórico, como também, o entendimento da conjuntura na qual se insere. Outrossim, ao trazer à tona a concepção da História como uma relação contínua

de revisitação do passado, que se faz inerente ao tempo vigente, se ressalva a urgência de atribuir-lhe múltiplos olhares que desvelam determinada ocorrência histórica.

Nesse contexto, a Memória emerge como uma lacuna de novos horizontes para o enriquecimento da História, pois aquela não se limita à valoração de apenas uma das perspectivas existentes, abrindo espaço para a consulta de outras fontes reveladoras de um mesmo fato descrito. Essa possibilidade colabora para que a memória seja marcada pela subjetividade, sendo responsável por revelá-la como um campo de intensa disputa ideológica. É como ensina Le Goff:

[...] A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 2003, p. 368)

Essa problemática decorre por intermédio de agentes que reprimem a memória coletiva, a fim de manipulá-la à condenação do esquecimento intencional, através da atuação sobre as lembranças dos sujeitos, modelando-as e negando-lhes o direito da rememoração.

Em consonância, é preciso alegar o memorável papel do historiador da educação em dispor da criticidade para observar, com a devida cautela, tais implicações. Conquanto, a ele cabe a posição de visitar, recolher, analisar e permitir um lugar às vozes esquecidas, para assim interpretar e ressignificar os escritos existentes.

É nesse palco que o estudo da memória, como fonte intrínseca do acontecimento histórico, faz-se imprescindível para o desvelar das diversas vozes esquecidas e conseqüentemente, dicotômicas visões, que estão inseridas no âmago do evento observado. Destaca-se, nesse sentido, a elucidação de ditos e não ditos como via para a rememoração e transfiguração dos retalhos deixados no passado.

É nessa perspectiva que rememorar as “Quarenta Horas” significa manter viva a memória coletiva de um povo acometido pelo analfabetismo e a ignorância dos direitos, de sujeitos que começavam a despertar a “fome da cabeça” (LYRA, 1996, p. 61).

Revisitar a experiência “Quarenta Horas de Angicos”, como “espaço de memória” (CARVALHO, 2018, p.30), ocorrida no estado do Rio Grande do Norte na década de sessenta, do século XX, decorre não para encerrá-la em seu local de origem, como se a mesma só tivesse impactado as vidas dos moradores daquela região angicana e nordestina, mas para dar

visibilidade a um movimento educacional que marcou a vida e a realidade daquela população. Para tanto, alia-se a notável relevância das fontes bibliográficas, para a retomada do passado, às fontes documentais, articulando história e memória. Na concepção de Le Goff, “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”. (LE GOFF, 2003, p. 411):

Posto isto, torna-se imprescindível compreender o movimento “Quarenta Horas de Angicos” como uma memória viva, que interpela tanto os participantes da experiência em 1963, quanto todos que buscam catalogar e entender os arranjos do sistema educacional nos dias de hoje.

Nesse sentido, é necessário considerar a educação um aparato ideológico e político que poderá atuar como uma ferramenta de libertação das consciências ou engessamento do ato de refletir sobre a realidade. Foi nessa perspectiva que a experiência de Angicos matou “a fome da cabeça” (LYRA, 1996, p. 61)) de seus participantes, despertando a consciência crítica e o desejo de ser protagonista de sua história.

Assim sendo, para uma melhor compreensão da experiência emblemática aqui discutida, relembremos os principais fatos ocorridos na época, analisando o contexto histórico do final da década de cinquenta e início de sessenta, do século XX. Por via desse recorte histórico, torna-se possível perceber que esses anos foram bastante conflitantes, tanto no cenário internacional quanto nacional.

Diversos foram os conflitos políticos e ideológicos ocorridos. Nesse percalço, exteriormente ao Brasil, aconteciam guerras de libertação dos países africanos e simultaneamente a Guerra Fria, após a Segunda Guerra Mundial, que arrastava uma tensão geopolítica responsável por dividir o mundo em dois polos distintos, sendo esse o nascer de um conflito ideológico entre o capitalismo e o socialismo.

De um lado, estava a grande potência capitalista, os Estados Unidos da América, e do outro, a antiga União Soviética. Essa disputa de poder ocasionou a chamada corrida espacial, que possuía a finalidade de demonstrar a influência e conquista de um grande arsenal bélico, desencadeando uma concorrência pela produção científica, já que o valor educação representava uma demonstração de poder nessa época.

Contudo, esses acontecimentos vislumbravam a consciência das massas como uma estratégia para a dominação política, econômica e social. Por essa razão, o mundo se apresentava de forma revolucionária e inconformada, âmbito esse que desencadeava grandes manifestações sociais, de luta por igualdade, democratização dos valores e acesso a melhores condições de existência.

No Brasil, a crise deixada por Juscelino Kubitschek fez surgir mobilizações políticas e movimentos estudantis, que lutavam por reformas de base. É nesse âmbito que Jânio Quadros assume a presidência do Brasil, em 1960. Conforme Lyra (1996), o espaço nacional fervilhava de transformações sociais, pois:

[...] Vivia-se no Brasil um clima de entusiasmo e a esperança de um tempo de liberdade e desenvolvimento. O país se industrializava e modernizava Brasília, a nova capital. A seleção ganhara a Copa do Mundo (1958). O cinema, o teatro e a literatura florescem. A bossa nova revolucionava a concepção da música brasileira e, em novembro de 1962, aplaudida no Carnegie Hall, conquista o mundo. (LYRA, 1996, p. 14)

A partir do exposto, é válido ressaltar que as mudanças ocorridas favoreciam a emergência de movimentos de cunho contra hegemônicos, ou popular, que pouco a pouco balançavam o alicerce elitista brasileiro. Com João Goulart na presidência, as reformas de base propostas impactaram as elites, o que contribuiu para o golpe civil militar de 1964.

Na região Nordeste, especificamente no RN, com a tomada do poder municipal e estadual por Djalma Maranhão e Aluizio Alves, respectivamente, prosseguia-se dando alicerce às campanhas que emergiam em busca das reformas de base e dos direitos salariais, tanto no campo quanto na cidade.

Nesse cenário, considerando o número alarmante do analfabetismo que assolava o país e do início da formação de uma democracia nacional, muitos eram os projetos idealizados para letrar e dar oportunidade para que esses sujeitos pudessem votar, pois naquela época, para exercer a cidadania do voto, era necessário que o sujeito fosse alfabetizado. É nesse panorama que tem origem as “Quarenta Horas de Angicos”.

Não obstante, faz-se necessário ressaltar que a ausência de uma intencionalidade conscientizadora tornava superficial as campanhas de alfabetização até então realizadas. Tendo em vista essa questão, Aluizio Alves, que era o governador do Estado de Rio Grande do Norte nessa época, destinou um convite ao Professor Paulo Freire, em Recife, cuja finalidade seria

que o mesmo implementasse o seu sistema de alfabetização em uma cidade interiorana, conhecida como Angicos, que apresentava uma taxa alarmante de 70% de analfabetos.

Tratava-se de um experimento localizado, dentro das previsões do plano Estadual de Educação, tendo como núcleo experimental a cidade de Angicos (CARVALHO, 2018). Essa experiência foi organizada no contexto das políticas públicas estaduais para a educação, por meio de iniciativa do governo estadual do Rio Grande do Norte, em convênio com a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e *United States Agency for International Development* (USAID).

“Quarenta Horas de Angicos” foi a denominação dada ao projeto de alfabetização desenvolvido no Nordeste brasileiro em 1963, especialmente em Angicos, RN. Desse modo, vem à tona a emergência de rememorar essa experiência educacional, como possuidora de características peculiares que a diferenciavam das demais campanhas e movimentos de educação popular originados na época.

Em Angicos, as pessoas não tinham conhecimento do processo político que se desenvolvia ao longo do país. Não estavam inseridas nesse espaço no qual as manifestações aconteciam. (CARVALHO, 2018). E foi nesse panorama peculiar do início dos anos 1960, que se fez necessário desenvolver o movimento de alfabetização em “Quarenta Horas” para a politização popular.

Nessa experiência, o povo começava a recuperar o que antes havia sido considerado perdido, sua cidadania e conseqüentemente, a oportunidade de se enxergar e serem percebidos como sujeitos críticos no espaço social. É um momento de resistência ao mandonismo e de esperança por novos tempos.

## **Resultados e Discussão**

As “Quarenta Horas de Angicos” iniciou-se com o levantamento do universo vocabular da população angicana, sendo esse o elemento precursor da criação das palavras-geradoras, que seriam base para a fomentação das aulas nos Círculos de Cultura. Dessa forma, no início das aulas, reuniam-se lavradores, pedreiros, donas de casa e presidiários, que juntos começavam a sair da escuridão do desconhecimento da palavra e dos direitos.

Nos Círculos de Cultura, as palavras geradoras norteavam os debates, que eram o ponto focal para o desenvolvimento dos processos de politização. A relação da pedagogia dialógica, desencadeada no Método Paulo Freire, propiciava ao sujeito aliar o saber prático ao teórico, possibilitando o desvelamento da sua consciência crítica e a capacidade de refletir acerca da própria realidade vivida.

As temáticas discutidas partiam da realidade vivenciada pelos aprendentes, objetivando conscientizá-los através da prática cotidiana. Nesse sentido, põe-se em evidência que a educação liberadora se configurava na práxis, onde o sujeito recebe a informação, reflete, e transforma essa em conhecimento.

Em consonância com o desenvolver da experiência, os indivíduos começavam a escrever as primeiras palavras, ainda aliadas aos debates, que posteriormente seriam desmembradas em famílias, dando origem a novas orações e frases. Esse é o início de uma experiência que vai influenciar na realidade de muitos moradores da região: aprender a ler e a escrever, entender a realidade e assinar o próprio nome.

Conforme explícita Lyra (1996), sobre os temas que direcionavam os debates, um dos focos escolhidos pairava sobre:

A fragilidade da estrutura rural e a perspectiva angustiante de futuro do homem do semi-árido evidenciam-se ao longo da “experiência”. Há pessoas que não conseguem fazer uma refeição por dia; alguns comem palmas, outros nem o xique-xique, proibido pelos donos das terras com alegação de que é alimento reservado para o gado. (LYRA, 1996, p. 14)

Nesse sentido, a prática das “Quarenta Horas” foi desenvolvida não apenas para reduzir o índice de analfabetismo, mas principalmente para proporcionar que essa população pudesse se tornar participante na sociedade e compreendesse sua condição de existência. Destarte, o povo não seria mais considerado massa, mas por outro lado, estaria atuando como cidadão, tendo voz, questionando e sendo ciente dos seus direitos como cidadão e trabalhador.

Seguindo esse pressuposto, nos anos seguintes, mais precisamente em 1964, o sucesso do processo de alfabetização de adultos suscitou novos olhares. Esses apoiavam-se em uma perspectiva classista que começava a considerar subversiva a experiência desenvolvida por Freire, já que essa objetivava conscientizar as mentes engessadas pelo sistema capitalista.

Sendo assim, grande parte dos materiais, considerados contra a ordem vigente, foram queimados e os idealizadores da época, principalmente Paulo Freire, que apoiava e orientava campanhas de cunho popular, foram condenados ao exílio. Com isso, poucos documentos

sobreviveram, restando desvelar a memória coletiva da experiência emblemática das “Quarenta Horas de Angicos”, ocorrida em 1963.

No desenvolvimento das aulas, era utilizado o método criado por Freire. Assim, nos círculos de cultura, as salas de aula eram vistas como um espaço onde eram desenvolvidos os debates, que davam origem ao processo de alfabetização e simultaneamente, conscientização. Nas aulas, os alunos aprendiam a discutir sobre assuntos que envolviam o seu cotidiano, questionando a realidade vivenciada e tomando posse da sua consciência política.

Compreende-se que nesse modelo, os alunos não eram mais enxergados como um receptáculo de informações ou como um bloco de massa homogênea, mas começavam a ser vistos como cidadãos, sendo capazes de intervirem na sua realidade através da interpretação de sua condição de existência e do pensar crítico.

Essa forma de vislumbrar a educação acaba por propiciar uma nova visão para a instituição escolar, em que as experiências dos alunos passam a ser colocadas como fundamentais para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Na metodologia freireana, os conteúdos oferecidos pelos Círculos de Cultura ultrapassavam as barreiras da escola por intermédio de uma educação voltada não somente ao contexto escolar, mas também para a vida.

Os fundamentos dessa educação emancipatória fazem-se urgentes na Educação de Jovens e Adultos (EJA) atualmente. Para tanto, é preciso considerar que sendo a EJA uma modalidade de ensino amparada por lei e responsável por abranger indivíduos que não tiveram acesso ao ensino regular na idade adequada, essa deveria propor uma educação que caminhasse lado a lado com a conscientização.

Nesse sentido, considera-se os indivíduos da EJA como sujeitos de vida, que produzem e são produtos da própria história. Sendo eles sujeitos de memória, faz-se urgente uma educação que dialogue com a politização das consciências, que construa protagonismos e posturas emancipatórias.

Considera-se, pois, que desenvolver uma educação pautada apenas no aprendizado das letras torna-se um conhecimento escasso, haja vista que os sujeitos da EJA possuem bagagem de vida e precisam de uma educação que proporcione uma reflexão sobre seus direitos, papéis, seu lugar na cultura e na história.

Logo, ressignificando a experiência emancipatória de Angicos, faz-se urgente a capacitação de professores nessa perspectiva, para que esses docentes sejam facilitadores da aprendizagem, igualmente como ocorria nos Círculos de Cultura criados por Freire.

É necessário que o professor incentive o aluno a buscar um conhecimento que é construído através do diálogo entre a prática e a teoria, a fim de alcançar a práxis, que conforme aponta Freire, “não é a ação cega, desprovida de intenção ou de finalidade. É ação e reflexão”. (FREIRE, 1981, p. 134).

### **Considerações Finais**

Rememorar a experiência “Quarenta Horas de Angicos” significa lutar pela resistência da memória de uma educação libertadora, cujo alicerce se fortalece pela via da politização e conscientização. Nessa experiência, emancipar os sujeitos pela consciência dos seus direitos caminhava lado a lado com o alfabetizar. Na verdade, se articulavam, pois cada palavra geradora, retirada do vocabulário e da realidade dos estudantes, questionava a condição de submissão e de mandonismo, ao tempo em que também alfabetizava.

Nessa compreensão, analisar um acontecimento sob novas perspectivas permitiu a (re) interpretação e a geração de outros questionamentos, os quais tornarão possível a ressignificação de discursos, fatos e sinais. O movimento educacional “Quarenta Horas” ou a “Escola de Paulo Freire”, como o nomeiam os moradores da região, deve ser rememorado pelos seus ensinamentos e pelo legado para a educação de jovens e adultos.

O atual estudo possibilitou a visibilidade e a retomada de memórias de uma educação voltada para o desenvolvimento de sujeitos autônomos, críticos e problematizadores da sociedade, configurando-se como produtos e produtores da própria história, probabilidade que pode inspirar os fazeres da educação de jovens e adultos no tempo presente.

Ao longo da experiência alfabetizadora e politizadora, que teve a duração de 40 horas de aula, em 45 dias, foram alfabetizadas 300 pessoas jovens e adultos (CARVALHO, 2018), demonstrando que é possível educar contra todas as adversidades: pobreza, miséria, seca, opressão...

## Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CARVALHO, Maria Elizete Guimarães. Quarenta Horas de Angicos: uma experiência educacional, um lugar de memória? In: LOPES, Eduardo Jorge; AMORIM, Roseane Maria de. (orgs). **Paulo Freire: culturas, ética e subjetividade no ensinar e aprender**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018. p. 27-48.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: \_\_ **História e Memória**. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003, p. 366-419.

LYRA, Carlos. **As Quarenta Horas de Angicos: uma experiência pioneira de educação**. São Paulo: Cortez, 1996.